

BOLETIM INFORMATIVO

OUTUBRO DE 2026 | EDIÇÃO Nº 5

vigilancia.socioassistencial@registro.sp.gov.br



Na quinta edição do Boletim Informativo da Vigilância Socioassistencial, será tratado sobre a integralidade na perspectiva de proteção social. Ao adotar a integralidade como ponto focal, exige-se uma compreensão compartilhada do fenômeno e da intervenção entre os diferentes atores e setores envolvidos.

A própria natureza da Política de Assistência Social supõe um adequado funcionamento das outras políticas, como educação, saúde, habitação, trabalho, segurança alimentar entre outros, pois somente ela, não consegue garantir a proteção se as famílias não tem suprimentos suficientes, ou se moram em áreas de risco ou em moradias insalubres, ou se os responsáveis familiares não tem acesso ao trabalho, pois não conseguem creches para deixar suas crianças, ou apresentam condições de sofrimento mental e não tem acesso a serviços de saúde mental. Como vemos, não há possibilidade de responder às demandas das famílias de forma setorial, isolada ou fragmentada.

O ponto de partida de uma gestão intersetorial é chegar num consenso sobre o problema a ser enfrentado, para assim fazer frente a dilemas complexos, multifacetados e multidimensionais.

A intersetorialidade como estratégia de gestão é a consequência de um olhar sistêmico sobre a realidade. Ao vislumbrar de forma sistêmica, entendemos que se tratam de fenômenos complexos, que não serão equacionados de forma linear, segmentada, por uma única política, pois intervenções fragmentadas ou setoriais não solucionam o problema. (MDS)

A perspectiva da intersetorialidade tem como base a constatação, cada vez mais visível, da interdependência, em todos os níveis da nossa existência, onde o importante é reconhecer que nenhuma política sozinha dá conta de atender todo um complexo de situações de desproteção social. Considerando como exemplo o fenômeno da fome.

A FOME

Globalmente a fome atinge milhões de pessoas, infelizmente, no Brasil esse cenário não é diferente. Apesar de ser considerada um dos grandes produtores de alimentos do mundo, o país enfrenta um grande desafio, a insegurança alimentar. Conforme matéria no site do Instituto Fome Zero, em 2024, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) sobre Segurança Alimentar, conduzida pelo IBGE em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o levantamento estimou 78,3 milhões de domicílios particulares no país em 2024. Desses, 75,8% se encontravam em situação de segurança alimentar (SA), enquanto 24,2% viviam algum grau de insegurança alimentar (IA) – leve, moderada ou grave. Desta pesquisa suscitaram ainda outras problemáticas e agravantes no que diz respeito a estrutura social do país.

BOLETIM INFORMATIVO

OUTUBRO DE 2026 | EDIÇÃO Nº 5

vigilancia.socioassistencial@registro.sp.gov.br



A FOME TEM GÊNERO

Segundo o IBGE, as mulheres são responsáveis por 51,8% dos domicílios, mas sua presença se associa a condições mais vulneráveis. Entre os lares em insegurança alimentar, 59,9% têm uma mulher como responsável, proporção 19,8 pontos percentuais maior do que entre os chefiados por homens. A diferença é mais acentuada na insegurança moderada, em que 61,9% dos domicílios são liderados por mulheres.

A FOME TEM COR

A desigualdade racial é igualmente nítida. Entre os domicílios em segurança alimentar, 45,7% têm responsáveis brancos, 42,0% pardos e 11,1% pretos. Já entre os que vivem insegurança alimentar, a composição se inverte: 54,7% são chefiados por pessoas pardas, 15,7% por pessoas pretas e 28,5% por brancas. Nos casos mais severos de insegurança grave, 56,9% dos domicílios têm responsáveis pardos e apenas 24,4% brancos.

A FOME TEM GRAU DE ESCOLARIDADE

A escolaridade, por sua vez, é um divisor crucial. Entre os domicílios em segurança alimentar, 35,1% têm responsáveis com até o ensino fundamental completo, enquanto 64,9% possuem responsáveis com ensino médio incompleto ou mais. Já nos domicílios em insegurança alimentar, o quadro se inverte: 51,5% têm chefes com baixa escolaridade. Nos casos de insegurança grave, essa proporção sobe para 65,7%. O dado confirma que a educação continua sendo uma das barreiras mais sólidas contra a fome.

Esses números não são apenas estatísticas: refletem o peso acumulado de desigualdades estruturais que atravessam o país há séculos. Eles mostram como a cor da pele e o gênero continuam a determinar o acesso mais elementar à vida digna – o direito de comer. (Instituto Fome zero)

O Brasil tem como meta acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, até 2030, conforme consta, principalmente, no objetivo 2 dos Objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).



**"QUEM TEM FOME, TEM PRESSA."
(Betinho, Herbert de Souza)**

BOLETIM INFORMATIVO

OUTUBRO DE 2026 | EDIÇÃO Nº 5

vigilancia.socioassistencial@registro.sp.gov.br



A FOME RETRATA A ESTRUTURA SOCIAL

Ainda trazendo informações do Instituto Fome Zero, a PNAD Contínua 2024 não fala apenas de comida; fala de estrutura social. O alimento é a fronteira mais sensível da desigualdade, o ponto onde o trabalho, a educação e o território se encontram. Os dados mostram que a fome não é um problema residual, mas um termômetro das desigualdades que persistem em tempos atuais.

A POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE A ESTES DESAFIOS

A Política Nacional de Assistência Social tem as seguintes seguraças afiançadas:

- **Acolhida:** Oferece espaços e serviços para receber indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo proteção, escuta e encaminhamentos.
- **Renda:** Consiste na garantia de meios de sobrevivência e proteção contra contingências sociais, por meio de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o BPC (Benefício da Prestação Continuada), entre outros benefícios socioassistenciais;
- **Convívio (Familiar, Comunitário e Social):** Fortalece os laços afetivos e de pertencimento, prevenindo o isolamento e a ruptura de vínculos através de serviços socioassistenciais.
- **Autonomia:** Promove o desenvolvimento de capacidades, a emancipação e o protagonismo dos usuários, restituindo a participação ativa deles nas decisões sobre suas vidas.
- **Apoio e Auxílio:** Oferece amparo material e técnico temporário (benefícios eventuais, auxílios funeral ou natalidade e acompanhamento especializado) para superar vulnerabilidades pontuais.

Como política garantidora de direitos, cabe à assistência social defender o direito humano à alimentação adequada. E sendo a fome o traço mais extremo da vulnerabilidade, a assistência social não pode ficar indiferente a essa situação. (TSFT no PAIF)

Para termos uma dimensão da Política de Assistência Social em Registro/SP, conforme Relatório de Informações do MDS, em Julho de 2026, o Programa Bolsa Família repassou um total de R\$ 3.334.834,00 às 4.935 famílias beneficiárias deste programa, sendo em média R\$ 681,41 para cada família. Já o BPC para Pessoas com Deficiência, beneficiou um total de 1.239 pessoas, totalizando o valor de R\$ 2.013.359,79, o BPC Idoso, beneficiou 1.492 pessoas, repassando um total de R\$ 2.423.426,14 e ainda temos 23 beneficiários do renda mensal vitalícia (RMV), repassados R\$ 37.283,18 neste referido mês. Ainda, de acordo com o relatório mensal de atendimento (RMA), no ano de 2025, foram concedidos no total 73 auxílios-funeral e 1478 benefícios eventuais.

Além disso, na Proteção Social Básica, o município possui 06 unidades de CRAS que ofertam o PAIF e o SCFV, CCI, CEJUV, Centro de Convivência do Jardim São Paulo e na Proteção Social Especial, o PAEFI, o Centro POP, CDI e a Casa Lar, além de manter convênio com 08 Osc's.

BOLETIM INFORMATIVO

OUTUBRO DE 2026 | EDIÇÃO Nº 5

vigilancia.socioassistencial@registro.sp.gov.br



Os fenômenos existem como forma da organização societária, portanto construídos socialmente. A pobreza, as desigualdades, a fome, como outros problemas estruturais, são frutos de escolhas realizadas enquanto sociedade. Essa perspectiva teórica e de base sociológica afirmam que a sociedade é moldada e afetada pela subjetividade e pelas dimensões relacionais. O relatório sobre segurança alimentar da ONU, de 2025, aponta que a prevalência de insegurança alimentar grave caiu para abaixo do limite de 2,5%, critério para a saída do país do chamado mapa da fome.

A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Como exposto a respeito da atuação das políticas públicas na integralidade e sobre a fome, há que se mencionar a Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN). A Lei nº 11.346 em 2006, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) para assegurar o direito humano à alimentação adequada e em 2010, a Emenda Constitucional nº 64, alterou o artigo 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. O sistema visa promover e garantir o acesso e assegurar o consumo de alimentos saudáveis e o combate a má nutrição, através de ações que vão do fomento à produção, da comercialização até a distribuição.

CONCEITO

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional foi construído ao longo do tempo, mas de acordo com a Lei nº 11.346, em seu artigo 3º traz: "Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que, respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis"

A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM REGISTRO/SP

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Registro/SP é coordenada pela Secretaria Municipal de Agricultura no qual executa o programa Banco de Alimentos que tem por finalidade captar doações de alimentos para distribuição. Conforme disponibilizado no site da prefeitura, de março a agosto de 2025, foram distribuídos 2.000 quilos de hortaliças para 07 entidades sociais do município de Registro, beneficiando diretamente cerca de 250 pessoas.

O município ainda mantém o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) ativo, que realiza reuniões regulares para tratar desta pauta. Através dos dados do CECAD, referente ao mês de maio de 2026, havia um total de 200 famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, totalizando 498 pessoas.

BOLETIM INFORMATIVO

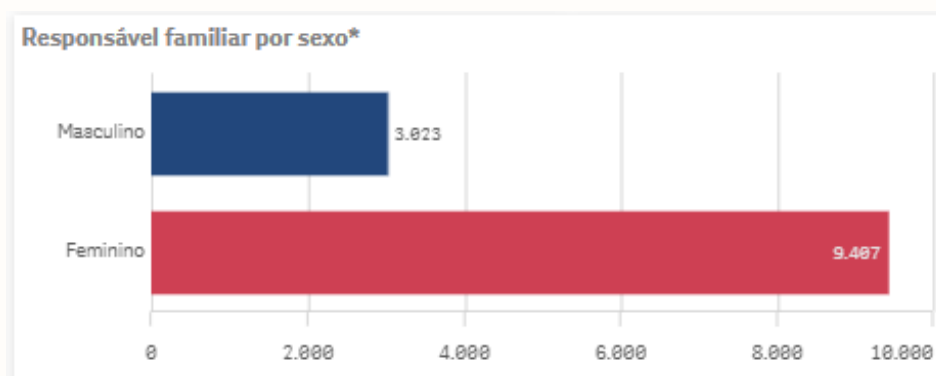
OUTUBRO DE 2026 | EDIÇÃO Nº 5

vigilancia.socioassistencial@registro.sp.gov.br



Como tratado, a fome desencadeia toda uma gama estrutural, em Registro/SP, os dados do Cadastro Único para Programas Sociais, reforçam essas evidências, no mês de julho de 2026, possuía 12.615 famílias, sendo 27.490 pessoas no total cadastradas. Destas temos a maioria mulheres como responsável familiar (RF), corroborando que a vulnerabilidade social apresenta gênero, conforme gráfico disponibilizado no Observatório do Cadastro Único:

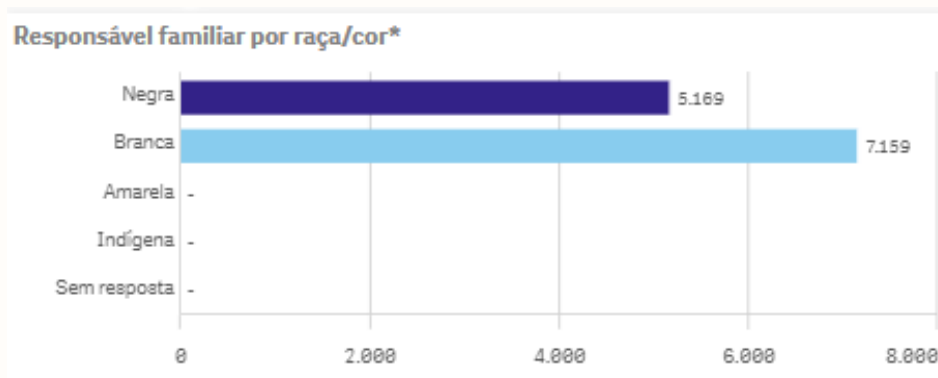
RESPONSÁVEL FAMILIAR - GÊNERO



Fonte: observatório do cadastro único, referente ao mês de julho 2026.

Em relação a raça/cor temos ainda majoritariamente neste município a predominância de brancos e em seguida a negra, conforme gráfico:

RESPONSÁVEL FAMILIAR - RAÇA/COR



Fonte: observatório do cadastro único, referente ao mês de julho 2026.

Os resultados do estudo da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) apresenta a relação entre escolaridade e o nível de insegurança alimentar, as famílias mais afetadas possuem menos de 4 anos de estudo, correspondendo a 22,3%, seguidas por pessoas que possuem entre 5 à 8 anos de estudo, ou seja, 19,1% não completaram os o ensino fundamental e Registro/SP segue essa característica:

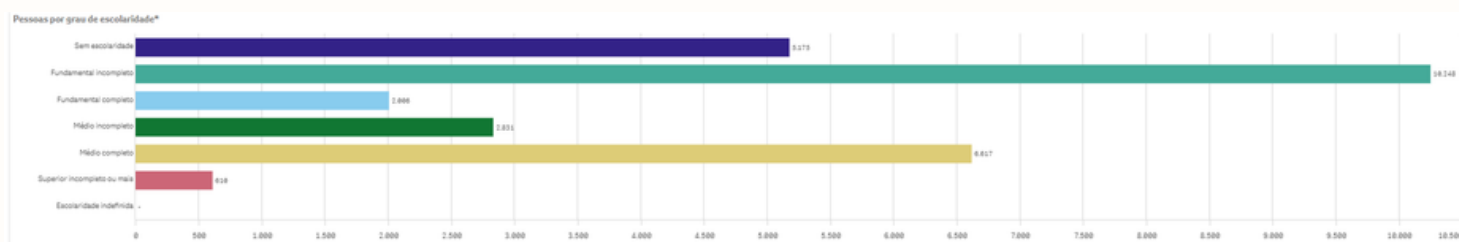
BOLETIM INFORMATIVO

OUTUBRO DE 2026 | EDIÇÃO Nº 5

vigilancia.socioassistencial@registro.sp.gov.br



PESSOAS CADASTRADAS - ESCOLARIDADE



Fonte: observatório do cadastro único, referente ao mês de Julho 2026.

As muitas facetas das disparidades existentes no país, relacionadas aos índices de pobreza e fome, acarretam consequências para o desenvolvimento escolar.



O conceito de integralidade nos convida ao olhar globalizante sobre cada indivíduo. Este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, a articulação de todas as políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na melhoria de vida de todos os indivíduos. Pode-se verificar que na primeira imagem há um indivíduo “olhando” para os diversos serviços, não sabendo ou identificando seu ponto de partida, onde terá apoio e orientação. Já na segunda imagem, verificamos que a família está integrada aos serviços e as diversas ações, programas e políticas, que atuam de maneira articulada pelos diferentes setores. Olhar o ser humano como um todo, dar atenção à pessoa, com sua história de vida e seu modo próprio de viver e conviver, requer reconhecer e lidar com diferentes saberes, com a diversidade de demandas e a pluralidade de seus sujeitos, requer que se abra mão de modelos pré-estabelecidos e se disponha a discutir e experimentar os alcances e limites do que pode vir a ser um caminho profícuo. A Integralidade poderia ser encarada exatamente como a própria travessia desse caminho que sustenta a garantia do Estado democrático de direitos. Face aos dados apresentados, o fulcro da questão ainda é a atuação dos setores na integralidade, pois compreender que todos esses fatores estão relacionados, serve de base para orientar as diferentes propostas de políticas públicas, para que seja efetivamente transformadora.